

Desenvolvimento Regional no Brasil: Tendências e Novas Perspectivas

TAGORE VILLARIM DE SIQUEIRA
NELSON FONTES SIFFERT FILHO*

RESUMO Ao longo do século 20 o Brasil apresentou uma das maiores taxas de crescimento médio do PIB no mundo, chegando a se posicionar entre as economias mais industrializadas. Todavia, o modelo de desenvolvimento adotado caracterizou-se pela concentração de renda em termos espaciais e pessoais, cujo resultado foi a formação de uma sociedade com um dos maiores índices de desigualdades do mundo. Este artigo trata das desigualdades regionais de renda e das principais experiências de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do Brasil – Norte, Nordeste e Centro-Oeste – e propõe alternativas para a elaboração de uma nova política de desenvolvimento regional para o país.

ABSTRACT Throughout the twentieth century Brazil has demonstrated one of the highest average GDP growth rates in the world, thus attaining a place as one of the most industrialized economies on the planet. Nevertheless, the development model, characterized by the concentration on specialized or personal income, has created a society with one of the highest income disparity rates in the world. This article brings to the forefront the regional income disparities and the principal regional development experiences in the less developed regions of Brazil – the North, Northeast and the Central-West – and proposes alternatives for the creation of a new regional development policy for the country.

* Respectivamente, economista e chefe da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) do BNDES. Este artigo é resultado das reuniões realizadas na SDR sobre as principais questões regionais e de certa forma contempla vários pontos abordados por seus participantes: Luís Fernando Link Dornelles (superintendente), Gustavo Affonso Taboas de Mello (gerente), Edmar da Cunha Raimundo (gerente), Mônica Esteves de Carvalho (engenheira) e Sílvia Lúcia Passos da Silva (coordenadora), além dos autores deste artigo.

1. Introdução

No século 20, a economia brasileira alcançou uma das maiores taxas de crescimento médio do PIB em todo o mundo, chegando a se posicionar entre as mais industrializadas. Porém, o caráter concentrador de seu modelo de desenvolvimento, seja em termos espaciais ou pessoais de renda, proporcionou a formação de uma sociedade com um dos maiores índices mundiais de desigualdades. Por exemplo, entre 1985 e 1997 a região Sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo, concentrou em média 58,86% do PIB do país, enquanto a parcela dos 10% mais ricos da população controlava cerca de 45% da renda nacional.

Dessa forma, foi crescente a demanda por políticas que proporcionassem a redistribuição de renda e a desconcentração da atividade econômica ao longo do século passado, verificando-se a criação de instituições e programas governamentais que tinham como meta o desenvolvimento das regiões mais pobres do país.

Esses esforços ganharam maior importância a partir dos anos 50, com as grandes obras de infra-estrutura e o apoio à industrialização no âmbito do Plano de Metas e a criação de instituições como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Banco de Desenvolvimento do Nordeste (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Nos anos 60 e 70, destacaram-se as criações da Zona Franca de Manaus e do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e, recentemente, dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Os esforços do setor público para promover o desenvolvimento regional foram significativos, com a participação do Estado no PIB dessas regiões alcançando números expressivos. Além da criação de instituições e programas específicos para a promoção dos investimentos nas regiões menos desenvolvidas, verificou-se também a importância dos gastos públicos, de uma maneira geral, e dos investimentos de empresas estatais, como a Petrobras (pelos investimentos na Bahia, em Sergipe e no Rio Grande do Norte) e a Companhia Vale do Rio Doce (pelos investimentos no Maranhão e no Pará).

Embora tais iniciativas tenham contribuído para o declínio das desigualdades regionais no século passado, as elevadas disparidades observadas ao

final dos anos 90 evidenciavam a necessidade de serem definidas novas estratégias de desenvolvimento para essas regiões.

Nesse sentido, a definição de estratégias de desenvolvimento regional para o Brasil deverá levar em consideração uma nova regionalização do país, passando a considerar, por exemplo, uma divisão em mesorregiões e microrregiões. Assim, deve-se dedicar atenção também aos subespaços das regiões mais desenvolvidas que se apresentem estagnadas e com baixos níveis de renda, como o Vale da Ribeira, o Vale do Jequitinhonha, o Norte Fluminense (no Sudeste) e a Metade Sul do Rio Grande do Sul. Além disso, deve-se observar a adequação de tais políticas com as Agendas 21 nacional e locais, o papel dos *clusters* no crescimento das economias regionais e as experiências internacionais, como a realizada pela União Européia com o Fundo de Desenvolvimento Regional (Feder).

Este artigo trata das tendências recentes referentes às desigualdades regionais e das principais características das regiões menos desenvolvidas do país – em termos de território, dos ecossistemas, da população e da evolução econômica –, identificando potenciais oportunidades de investimento e propondo uma estratégia de desenvolvimento regional que possa ser apoiada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional do BNDES. Além da elevação do gasto público e do investimento privado, o novo ciclo de desenvolvimento regional depende da implantação de uma nova cultura empresarial baseada em técnicas organizacionais e de gestão modernas que propiciem a formação de *clusters* globais.

Na segunda seção apresentam-se as principais questões estudadas na área de desenvolvimento regional nos últimos anos, observando-se o aumento de importância das questões regionais para o desenvolvimento econômico. Na terceira seção apresenta-se um perfil socioeconômico das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Na quarta seção apresentam-se algumas considerações para a definição de uma política de desenvolvimento regional. Por fim, na quinta seção são apresentadas algumas considerações finais.

2. A Questão Regional no Período Recente

Nos últimos anos tem-se observado, nos meios acadêmicos, empresariais e mesmo em círculos financeiros, um renovado e crescente interesse pelas questões relativas ao desenvolvimento regional, em suas múltiplas dimensões – ambiental, social e econômica. Nesse sentido, verifica-se um progressivo sentimento de preocupação pela divulgação dos relatórios de desenvol-

vimento humano da ONU, pela definição das Agendas 21 nacionais e locais, pelas experiências recentes da União Européia com o Feder e pela busca de novas alternativas que possam proporcionar o desenvolvimento das regiões mais pobres do planeta, como a formação de *clusters*.

No caso brasileiro, entende-se esse interesse em função da própria mudança da agenda nacional, sobretudo após o Plano Real, em 1994. O término da instabilidade inflacionária, a abertura comercial, as privatizações e uma série de desregulamentações setoriais colocaram em evidência as especificidades de cada região e contribuíram para o debate em torno da construção de uma nova agenda para o desenvolvimento regional. A questão regional, por assim dizer, remete a uma reflexão: que país desejamos construir e como iremos distribuir e manter espacialmente tanto a população como as atividades econômicas?

Pensar a questão regional implica, necessariamente, levar em conta a dimensão histórica do desenvolvimento nacional, uma vez que a presente heterogeneidade no plano espacial é consequência do modo como as relações sociais capitalistas se difundem em nosso território. Desde o período do extrativismo no litoral após o Descobrimento, houve diversos ciclos econômicos com contrapartidas regionais específicas, entre os quais se destacam, apenas para citar os mais expressivos: o ciclo da cana-de-açúcar na Zona da Mata nordestina, nos séculos 16 e 17; o ciclo do ouro em Minas Gerais, com ápice no século 18; o ciclo da borracha na Amazônia, no final do século 19 e início do século 20; e o ciclo do café na região Sudeste, a partir de meados do século 19. Como desdobramento do ciclo do café, observou-se a formação da indústria nacional, com a consequente concentração econômica na região Sudeste ao longo do século 20.

Independentemente das características de cada ciclo e dos fatores motivadores e arrefecedores de cada expansão, o importante a destacar, no caso brasileiro, é a dispersão espacial da atividade econômica e das questões sociais, constituindo-se um mosaico de atividades produtivas com forte concentração econômica na região polarizada por São Paulo. Um dos resultados desse processo de crescimento foi a marcante desigualdade na distribuição regional da renda do país. Em 1970 – ápice do processo de concentração produtiva –, São Paulo, com apenas 2,9% do território nacional, respondia por 39% do PIB e 58% da produção industrial nacional [ver Diniz (2000)].

Nesse contexto, a redução das desigualdades regionais insere-se na agenda nacional como um tema de relevância crescente à medida que se busca um

crescimento que contribua para a atenuação das desigualdades, sejam elas interpessoais ou inter-regionais.

As três regiões menos desenvolvidas do país – Norte, Nordeste e Centro-Oeste – representam em conjunto cerca de 3/4 do território nacional e quase 1/2 da população, respondendo por menos de 1/4 do PIB nacional. A renda *per capita* no Nordeste era menos da metade da média nacional (R\$ 5.413) em 1997, valendo observar que o estado mais pobre do país (Piauí) possuía uma renda *per capita* próxima de 1/5 daquela verificada em São Paulo (R\$ 8.822) no mesmo ano.

Quando se observam outros indicadores, como o índice de desenvolvimento humano (IDH), verifica-se que, embora o Brasil seja classificado como um país de renda média alta no plano mundial, com um índice médio de 0,83 em 1996, o IDH das regiões Norte e Nordeste, apesar da tendência de alta nas últimas três décadas, ainda apresentava resultados de, respectivamente, 12,39% e 26,73% inferiores ao IDH nacional em 1996. Por outro lado, a região Centro-Oeste, apesar de possuir um PIB equivalente a 6,7% do total nacional, apresentava um IDH 2,24% acima da média nacional (ver Anexo, Tabela A.1). Enfim, a questão regional, quando examinada com mais precisão, mostra que distintos indicadores e mesmo novos cortes espaciais levam a uma qualificação mais exata e necessária das várias nuances relacionadas às desigualdades regionais.

A definição de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional depende do maior conhecimento das especificidades das regiões e das delimitações precisas do espaço a ser abordado. Se no Nordeste, com 47,7 milhões de habitantes, uma política de desenvolvimento sustentável deve considerar a necessidade de gerar uma dinâmica produtiva que absorva grandes contingentes populacionais, na Amazônia as questões regionais relacionam-se principalmente com a preocupação de encontrar meios para construir um processo de crescimento sustentável capaz de elevar o padrão de vida da população local, levando-se em conta um ecossistema sensível e de crescente importância estratégica no plano mundial.

Se entendermos desenvolvimento regional como uma política para melhorar as condições sociais da população e reduzir as diferenças entre as regiões, pode-se inferir o grau de desenvolvimento de determinada região a partir da avaliação do estoque de capital fixo – relacionado às empresas e à infra-estrutura física e social – disponível em determinada região, pelo nível educacional da população e pelos índices sociais e de renda.

Assim, para tratar a questão regional é necessário se distanciar da visão tradicional normalmente utilizada nas análises sobre a economia brasileira, com forte viés setorial e entendida como o somatório de diversos setores e subsetores – agregados nas atividades industriais, agrícolas e de serviços. Quando se parte da ótica regional, a economia é compreendida a partir do somatório das atividades econômicas localizadas em determinados espaços. A unidade de análise deixa de ser apenas setorial e passa a considerar o espaço onde se localizam as atividades econômicas, que tanto pode ser uma região, um estado, um município ou uma mesorregião.

Embora cada divisão espacial possa ser útil para determinadas finalidades analíticas, existe um consenso sobre a necessidade de se realizar uma nova regionalização do país para orientar a definição e a execução das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional. Essa nova regionalização deveria levar em consideração, por exemplo, as áreas economicamente deprimidas das regiões mais ricas do país, como o Vale do Ribeira em São Paulo, o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais e a periferia das regiões metropolitanas das grandes cidades brasileiras.

Tal regionalização deveria considerar ainda as desigualdades não apenas entre macrorregiões (por exemplo, Sudeste *versus* Nordeste), mas também entre estados de cada região (por exemplo, Bahia *versus* Piauí) ou entre ecossistemas (por exemplo, Zona da Mata *versus* Semi-Árido nordestino), tornando assim ainda mais complexa a delimitação das questões de natureza regional.

A Composição do PIB segundo Regiões: 1939/95

A análise da composição do PIB segundo regiões nas últimas três décadas permite observar que, após um processo de elevação da concentração do PIB nacional na região Sudeste no início dos anos 70, na década seguinte houve um processo de desconcentração em favor das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte (Tabela 1), enquanto em meados dos anos 90 verificou-se a estagnação do processo de desconcentração. Há especialistas, como Azzoni e Ferreira (1997) e Diniz (1993), que interpretam essa tendência como uma reconcentração produtiva, com a área do polígono econômico de maior importância para o país passando a abranger uma região desde Belo Horizonte até Porto Alegre, passando por São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Florianópolis. Para esses autores, é nessa área que estaria havendo uma relativa desconcentração produtiva.

TABELA 1
Participação das Regiões no PIB do Brasil – 1939/95
 (Em %)

REGIÕES	ANOS							
	1939	1949	1959	1970	1980	1985	1990	1995
Norte	2,6	1,7	2,0	2,2	3,2	4,1	4,4	4,6
Nordeste	16,7	13,9	14,4	12,0	12,2	13,7	13,6	13,4
Sudeste	63,3	67,6	65,1	65,1	62,2	58,8	59,2	57,6
Sul	15,3	15,1	16,2	17,0	17,3	17,4	15,5	17,3
Centro-Oeste	2,1	1,7	2,3	3,7	5,1	6,0	7,3	7,1
Brasil	100,0							

Fonte: *IBGE*.

Uma análise das participações das regiões em uma perspectiva de mais longo prazo constata que vem ocorrendo um deslocamento do centro de gravidade do PIB nacional em direção a outras regiões do país (ver Tabela 1). No período recente, após o Plano Real, por exemplo, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste mantiveram a tendência de elevação da participação no PIB nacional, com as taxas de crescimento anual de, respectivamente, 3,4%, 4,1% e 4,6% ficando acima da média nacional.

Concentração do PIB segundo Regiões: Uma Aplicação do Índice Herfindal-Hirschman – 1985/97

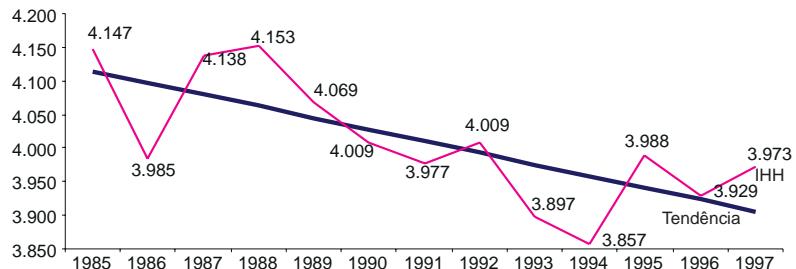
O Índice Herfindal-Hirschman (IHH) expressa o grau de concentração de um dado conjunto de elementos, podendo ser usado para identificar o grau de concentração de um agrupamento de empresas de um determinado setor ou de um conjunto de regiões de um país, por exemplo. O IHH é o resultado do somatório do quadro das participações dos integrantes de um determinado conjunto [ver Shy (1995)]. Neste trabalho, ele foi utilizado para expressar o grau de concentração do PIB inter-regional e intra-regional no país.

Entre 1985 e 1997 verificou-se uma tendência de declínio da concentração do PIB segundo região do país. Porém, em alguns anos desse período o grau de concentração aumentou, a saber: 1987, 1988, 1992, 1995 e 1997. Apenas em 1997 houve coincidência entre a maior concentração e o crescimento do PIB. Tal comportamento mostra como a expansão econômica ao longo do

período em análise correlacionou-se com o declínio das desigualdades regionais no Brasil (ver Gráficos 1 e 2).

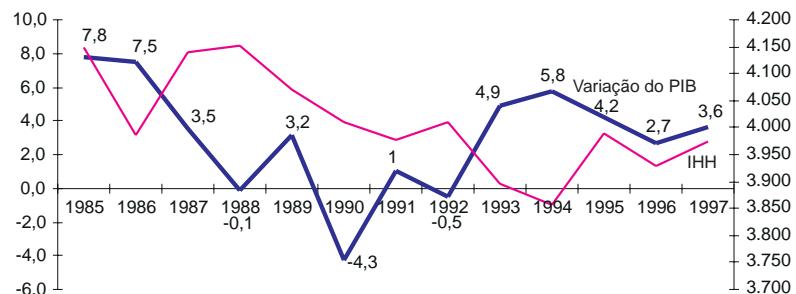
De acordo com o Gráfico 2, pode-se observar uma correlação negativa entre a expansão econômica e a concentração da produção em oito anos dos 13 analisados, sendo que em quatro ocorreu queda do PIB acompanhada pelo

GRÁFICO 1
Brasil: Concentração do PIB segundo Região (IHH) e Tendência do IHH (Série IBGE) – 1985/97



Nota: A reta de tendência foi estimada pela seguinte regressão: $Y = 38.518,51 - 17,33X$; $R^2 = 0,52$; $F = 11,84$.
 $10.029,86 \quad 5,04$

GRÁFICO 2
Brasil: Concentração do PIB segundo Região (IHH) e Taxa de Variação do PIB (%) – 1985/97



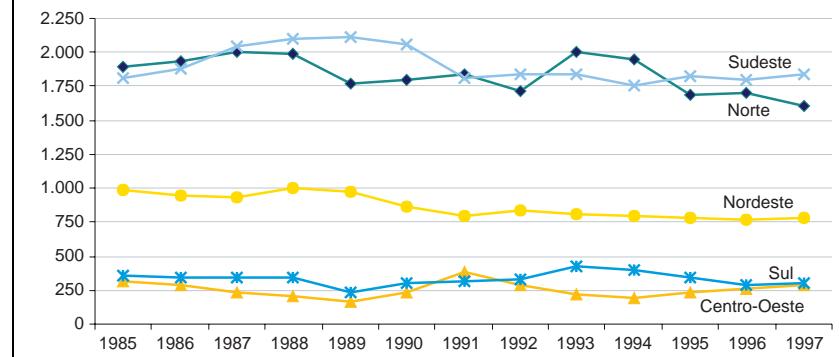
aumento da concentração (1987, 1988, 1992 e 1995) e em quatro houve aumento do PIB acompanhado pela diminuição das desigualdades. Vale observar, contudo, que em três anos verificou-se queda do PIB acompanhada por queda da concentração (1986, 1990 e 1996) e que em apenas um ano o crescimento econômico e a concentração regional aumentaram simultaneamente (1997).

Tais resultados mostram que o crescimento econômico é uma condição necessária para a redução das desigualdades regionais. A criação de políticas públicas para que isso ocorra justifica-se pelo fato de as economias menos desenvolvidas sofrerem um impacto maior nas fases de desaquecimento econômico e pela necessidade de acelerar a redução das grandes disparidades de renda entre as regiões nos períodos de expansão.

O comportamento do grau de concentração intra-regional do PIB, no mesmo período, mostrou que em geral as regiões menos desenvolvidas foram as que apresentaram as menores concentrações, como se pode ver no Gráfico 3 e no Anexo (Tabelas A.2 e A.3).

O grau de concentração intra-regional foi estimado a partir da diferença entre o IHH observado (dado pelo somatório do quadrado das participações de cada estado em uma região) e o IHH ideal (dado pelo somatório das participações iguais para cada estado na mesma região). No caso do Cen-

GRÁFICO 3
Brasil: Concentração do PIB Intra-Regional: Diferença entre o IHH Observado e o IHH Ideal para cada Região – 1985/97



tro-Oeste, por exemplo, as participações foram de 25% para cada estado. Diferenças maiores entre os dois índices indicam desigualdades elevadas no interior da própria região e diferenças menores expressam graus de concentração baixos.

No que se relaciona à tendência do IHH, todas as regiões do país apresentaram declínio do grau de concentração intra-regional no período recente, com exceção do Centro-Oeste e do Sudeste.

As regiões Centro-Oeste e Sul alcançaram as menores desigualdades intra-regionais, apresentando as menores diferenças entre o IHH observado e o ideal. A região Centro-Oeste, a menos concentrada, experimentou duas fases de declínio da concentração – entre 1986 e 1989 e entre 1992 e 1994 –, enquanto os períodos de aumento foram entre 1990 e 1991 e entre 1995 e 1997. A região Sul, a segunda menos concentrada, apresentou declínio entre 1986 e 1989, elevação entre 1990 e 1993 e queda a partir de 1994.

O Nordeste ficou em uma posição intermediária em termos das desigualdades intra-regionais, com a terceira menor concentração do país. O indicador de desigualdade foi cerca de três vezes superior aos apresentados pelas duas regiões anteriores. Embora a desigualdade intra-regional ainda seja elevada – refletindo a concentração econômica na Bahia, ou Pernambuco e no Ceará –, a tendência foi de declínio no período recente, com o grau de concentração caindo de 1989 até 1997.

As regiões Sudeste e Norte foram as que apresentaram as maiores desigualdades intra-regionais no período em análise. A diferença entre o IHH observado e o ideal chegou a ser superior a cerca de seis vezes aos das duas primeiras regiões. Tal comportamento refletiu a concentração da atividade econômica existente nos Estados de São Paulo, no Sudeste, e Pará e Amazonas, no Norte. A região Sudeste, a mais concentrada do país, apresentou aumento da concentração entre 1986 e 1989, declínio entre 1990 e 1994 e alta entre 1995 e 1997. A região Norte, a segunda mais concentrada, apresentou tendência de declínio a partir de 1994, após ter atingido o índice de concentração máximo, ao longo do período observado, em 1993.

Para algumas regiões, verificou-se um comportamento pró-cíclico do grau de concentração espacial do PIB. No período após o Plano Real, por exemplo, o aumento da concentração do PIB intra-regional acompanhou o comportamento da atividade econômica nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Nas outras três regiões, porém, a expansão da atividade econômica foi acompanhada pela tendência de declínio do grau de concentração.

Perspectivas para o Desenvolvimento Regional

A evidência histórica mostra que muitas vezes as forças de mercado por si só não promovem uma desconcentração produtiva e, mesmo quando isso acontece, elas não o fazem na velocidade desejada. Assim, destaca-se o papel das transferências governamentais das regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas por meio das políticas públicas voltadas para as questões regionais. As falhas de mercado justificam a utilização dos instrumentos clássicos de políticas públicas nas questões regionais, tais como: investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social e oferta de linhas de crédito às iniciativas privadas de investimentos.

Baer e Miles (1999), por exemplo, mostram como a política econômica do *New Deal* em meados do século 20 foi importante para o desenvolvimento econômico dos estados do Sul dos Estados Unidos – Alabama, Arkansas, Florida, Georgia, Kentucky, Louisiana, Mississippi, North Carolina, South Carolina, Tennessee, Texas e Virginia –, onde a renda *per capita* se elevou consideravelmente desde então, verificando-se uma quase paridade com o restante do país nas últimas décadas. As lideranças locais foram eficientes em atrair investimentos industriais e gastos públicos para a região e contribuíram para a modernização da tradicional atividade agrícola.

No período recente observou-se a continuidade da política de incentivos à implantação de indústrias no Sul dos Estados Unidos. Um bom exemplo nesse sentido é o oferecido pelo Mississippi para atrair montadoras de veículos: em 1993, a DaimlerChrysler recebeu incentivos de US\$ 253 milhões para a construção de uma fábrica; em 1999, a Honda recebeu US\$ 153 milhões para a implantação de uma montadora de minivans; em 2000, a Nissan Motor Co. recebeu US\$ 295 milhões para a instalação de uma montadora de utilitários leves, cuja unidade produzirá cerca de 250 mil veículos por ano e será responsável pela geração de quatro mil empregos, com investimentos totais da ordem de US\$ 930 milhões [ver *O Estado de S.Paulo* (7 e 10 de novembro de 2000)].

Tal experiência assemelha-se ao que aconteceu no Brasil no período recente, quando vários estados de regiões menos desenvolvidas realizaram uma disputa acirrada pela atração de investimentos industriais, denominada “guerra fiscal”. Esses foram os casos, por exemplo, da Bahia e do Paraná, que conseguiram oferecer incentivos maiores que os outros estados e atraíram grandes montadoras de veículos para seus territórios. Vale observar, contudo, que o uso de tal instrumento apresenta limites para atrair

empresas. Na definição da localização de plantas industriais, as empresas levam em consideração também fatores como acesso a matérias-primas e insumos em geral, mercado consumidor e mão-de-obra qualificada, entre outros. Além disso, o uso dos incentivos não deve comprometer a situação das finanças estaduais, ou seja, a abdicação de receitas tributárias dos projetos beneficiados deve ser compensada pelo aumento geral da arrecadação estadual ao longo do período da concessão de incentivos.

Além dos aspectos econômicos, as questões regionais também estão relacionadas ao controle territorial e aos problemas de natureza social e urbana. Os esforços de colonização, tanto no Sul do Brasil (com os emigrantes europeus no passado) quanto na Amazônia (com o fluxo migratório interno nos anos 70), tiveram como metas aumentar a densidade populacional nessas áreas, garantindo as bases para a soberania nacional e o pacto federativo.

Em relação aos problemas de natureza social e urbana, a experiência brasileira mostra que em um curto espaço de tempo, praticamente meio século, foi completada a transição de uma população eminentemente rural em urbana, com a formação de núcleos urbanos e metropolitanos onde atualmente se concentram 81% da população nacional. Portanto, tratar das questões regionais implica também escolher estratégias que elevem o padrão socioeconômico da população urbana.

Assim, embora o espaço geográfico nacional tenha sido ocupado, caracterizando-se como um verdadeiro mosaico econômico, pode-se afirmar que desde meados do século 19 vêm se estabelecendo as bases para a constituição e integração do mercado nacional [ver Diniz (2000)]. Está em curso um processo de alteração do padrão de desenvolvimento espacial, com o surgimento em determinadas regiões de arranjos produtivos locais, competitivos nos mercados nacional e internacional. De acordo com Pacheco (1998), estaria em curso uma sensível alteração no padrão espacial do desenvolvimento brasileiro com o surgimento de “ilhas” de produtividade em quase todas as regiões. O autor sugere que esteja ocorrendo o revigoramento do processo de desconcentração regional, face ao crescimento relativamente maior de áreas tidas como periféricas, e uma importância maior de cidades de porte médio. Como exemplo, verifica-se que no Brasil as aglomerações urbanas com mais de 10 mil pessoas empregadas na indústria elevaram-se de 33 em 1970 para 90 em 1991 [ver Diniz e Crocco (1996)].

Reconhecendo a importância das variáveis locais e institucionais para o desenvolvimento regional, verifica-se um crescimento da literatura voltada para as condições de viabilização do desenvolvimento local. Em uma

concepção mais elaborada, observa-se a difusão do conceito de *clusters* para focar aglomerações de atividades geograficamente concentradas e setorialmente especializadas, com essas atividades podendo ser industriais, agropecuárias ou de serviços [ver Galvão (1998a e 1998b)]. Os participantes do *cluster* compartilham custos e riscos relacionados com informação e conhecimento, treinamento da mão-de-obra, capacitação empresarial, desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento de canais de suprimento de matérias-primas e comercialização de produtos finais.

A partir do desenvolvimento de metodologias e técnicas de identificação de *clusters*, tem-se buscado formular estratégias para a expansão competitiva dessas atividades. Para tal, é preciso compatibilizar no interior de cada *cluster* ações cooperativas entre os agentes, em meio a um ambiente competitivo, sendo indispesável congregar ações do setor público e privado na identificação de gargalos e oportunidades para expansão dessas atividades. A experiência brasileira aponta para a existência de diversos arranjos produtivos locais – em todas as regiões do país – que podem vir a se constituir em uma base para políticas de integração dos mercados locais aos mercados nacional e internacional.

Nessa ótica, estudo do Ministério do Planejamento e Orçamento [ver MPO (1999)], embora não tenha por objetivo formular políticas de desenvolvimento regional, propõe um conjunto de projetos de infra-estrutura econômica e social que, uma vez implantados, podem fortalecer e consolidar as tendências de ocupação econômica do território nacional. Em alguns casos, tais projetos podem até mesmo criar condições para uma nova configuração do espaço econômico nacional.

Nas respectivas áreas de influência de cada eixo caberá fomentar as especializações setoriais locais, de modo que a intensificação do comércio – intra-regional, inter-regional e exterior – abra novas oportunidades de investimento. Há também inúmeras oportunidades de integração com os países vizinhos, não apenas no Sul do país, mas também no Oeste, com os países do Pacto Andino, e no norte, com a Venezuela e as Guianas.

3. Perfil Socioeconômico das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste

Nesta seção são realizadas considerações sobre as principais características das três regiões menos desenvolvidas do país em termos das dimensões territoriais, de seus ecossistemas, da população e das atividades econômicas.

A apresentação dessas regiões proporciona uma melhor percepção da participação de cada uma delas no país, das diferenças existentes no interior das próprias regiões e da compreensão das principais tendências.

Região Nordeste

Território e População

Constituída pelos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, a região faz fronteira com os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais (a sudeste), Goiás, Tocantins e Pará (a oeste) e Oceano Atlântico (ao norte e a leste). Seu território é de 1.556 mil km² (18,27% do território nacional) e cerca de 55% da área total encontram-se no Semi-Árido – subespaço vulnerável a períodos de longas estiagens. Os quatro maiores estados em termos territoriais – Bahia, Maranhão, Piauí e Ceará – respondem em conjunto por 83,35% da área total da região (ver Anexo, Tabela A.5).

Os principais subespaços da região são: a Zona da Mata, que cobre uma faixa estreita da região que se estende do Rio Grande do Norte até a Bahia, originalmente coberta pela Mata Atlântica; o Semi-Árido, que cobre uma ampla área de nove estados, de clima semi-árido e tropical úmido, coberta por vegetações de caatinga e cerrado; o Litoral Setentrional, que cobre uma faixa que se estende do Rio Grande do Norte até o Maranhão, de clima semi-árido e tropical úmido e vegetação rasteira; e o Meio-Norte, que representa uma área de transição para a Floresta Amazônica, de clima tropical úmido.

A implantação de um processo de desenvolvimento em condições sustentáveis no Nordeste depende do estabelecimento de medidas para a preservação de seus vários ecossistemas, entre as quais se destacam o fortalecimento dos sistemas de informação e dos órgãos de fiscalização ambiental, a implantação de corredores ecológicos e de unidades de conservação, a constituição de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e de áreas de proteção ambiental, o apoio aos projetos de uso sustentável da fauna e da flora, a melhoria da gestão dos recursos hídricos, a ampliação das reservas estratégicas de água, as medidas para combater o processo de desertificação decorrente de práticas agrícolas inadequadas e a melhoria dos sistemas de acompanhamento dos processos de expansão urbana, visando à redução do impacto ambiental nos entornos das cidades [ver Siqueira (2001b)].

Em termos populacionais, a região Nordeste apresentou na última década um crescimento inferior ao nacional: a taxa de crescimento médio anual

entre 1991 e 2000 alcançou 1,30%, enquanto a média nacional foi de 1,63%. Em 2000, a população total atingiu 47,7 milhões de habitantes, 12% acima da que havia em 1991. Essa tendência, semelhante à das regiões Sul e Sudeste, proporcionou a perda de participação na população nacional de 28,91% em 1991 para 28,12% em 2000.

Nesse mesmo período, a densidade demográfica passou de cerca de 22 para 31 habitantes/km², enquanto a densidade demográfica nacional passou de 13,98 para 19,92 habitantes/km², resultado que posicionou a região entre as maiores densidades populacionais do país (ver Anexo, Tabela A.5).

Uma outra característica da região foi a tendência da concentração populacional em áreas urbanas, as quais passaram de 65% para 69% da população total, percentual que, todavia, ainda permaneceu abaixo da média nacional de 81%. Os estados com maiores populações urbanas foram Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe e Paraíba, enquanto nos demais as participações dessas áreas ficaram abaixo de 70% da população total (ver Tabela 2).

Essa tendência evidencia a necessidade de políticas públicas para atender às demandas sociais nos centros urbanos, porém mostra também que existe um contingente populacional elevado – de cerca de 31% da população regional – residindo nas áreas rurais que demandam uma atuação mais

TABELA 2
Região Nordeste: População Residente (Habitante) – 2000

ESTADOS	POPULAÇÃO				TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO MÉDIO AO ANO – 1991/2000 (%)	
	Rural	Número de Habitantes	Urbana	Total		
		Número de Habitantes	%			
Alagoas	900.515	31,96	1.917.388	68,04	2.817.903	1,29
Bahia	4.305.639	32,95	8.761.125	67,05	13.066.764	1,09
Ceará	2.113.661	28,50	5.303.741	71,50	7.417.402	1,73
Maranhão	2.282.804	40,49	3.355.577	59,51	5.638.381	1,52
Paraíba	995.085	28,95	2.441.633	71,05	3.436.718	0,80
Pernambuco	1.858.850	23,50	6.052.142	76,50	7.910.992	1,18
Piauí	1.053.922	37,10	1.787.047	62,90	2.840.969	1,08
Rio Grande do Norte	740.145	26,71	2.030.585	73,29	2.770.730	1,55
Sergipe	509.093	28,61	1.270.429	71,39	1.779.522	2,00
Total	14.759.714	30,96	32.919.667	69,04	47.679.381	1,30

Fonte: IBGE (www.sidra.ibge.gov.br).

expressiva do setor público. Nesse caso, as políticas públicas – voltadas para a pequena produção familiar, por exemplo – contribuem para a elevação do emprego e da renda no campo, ao mesmo tempo que contribuem para a redução do fluxo migratório para os centros urbanos.

Ao longo do período 1991/2000 não foram observadas alterações no *ranking* dos estados da região segundo a população absoluta. Porém, verificaram-se perdas de participação da Bahia e de Pernambuco, estados mais populosos, e ganhos de participação do Ceará, do Maranhão, do Rio Grande do Norte e de Sergipe, como se pode ver no Anexo, Gráfico A.2.

Atividade Econômica

O processo de ocupação da região foi viabilizado pela introdução da cultura da cana-de-açúcar ainda no período de colonização do país, inicialmente em Pernambuco e posteriormente nos outros estados da região, especialmente naqueles com parcela do território na Zona da Mata. A expansão dessa cultura propiciou a formação dos primeiros núcleos urbanos, vilas e cidades, contribuindo, assim, para a formação das principais regiões metropolitanas e cidades do Nordeste, como Recife, Salvador, Aracaju, Maceió, João Pessoa e Natal.

Associado à expansão da cana-de-açúcar, verificou-se o processo de interiorização da ocupação do território, incentivado em boa parte pela atividade pecuária. Ao longo do período de colonização, houve o deslocamento gradativo da ocupação territorial em direção ao oeste da região, com o processo de povoamento chegando aos sertões de estados como Pernambuco, Ceará, Bahia e Piauí [ver Furtado (1980)].

Um aspecto marcante dessa região e do seu processo de ocupação foi o papel desempenhado pelo rio São Francisco, com a oferta de água para um vasto espaço do Semi-Árido nordestino, o que propiciou condições para a formação de cidades e viabilizou as atividades de pesca, de transporte e de produção de energia, contribuindo também, nas últimas décadas, para a expansão da agricultura irrigada.

Inicialmente, o desempenho da economia nordestina foi fortemente dependente dos setores exportadores, em especial da cana-de-açúcar, do cacau e do algodão. A renda gerada por esses setores elevou a demanda por bens regionais, com destaque para os derivados da pecuária, e estimulou a ocupação do interior da região.

A partir da segunda metade do século 19, verificou-se um processo de modernização da economia regional, sob a liderança da introdução de novas práticas agrícolas – objetivando o aumento da eficiência e dos ganhos de produtividade – e do estabelecimento das primeiras usinas de açúcar e fábricas têxteis. Nesse mesmo período foram realizadas melhorias na infra-estrutura de transportes e comunicações, com a introdução das primeiras ferrovias e dos telégrafos na região, e na infra-estrutura urbana, por meio do calçamento de ruas, implantação de vias férreas e melhorias nas áreas de saneamento e iluminação pública.

Na primeira metade do século 20, a continuidade do desenvolvimento dependente dos setores tradicionais, que se mostravam em processo de estagnação e comprometiam o crescimento econômico da região, proporcionou a terceira grande transferência populacional para os centros de maior dinamismo do país, tal como havia ocorrido nas fases anteriores de grandes migrações: no século 18, estimulada pelo ciclo do ouro em Minas Gerais; e na segunda metade do século 19, em função do ciclo da borracha, que atraiu contingentes populacionais do Nordeste para a região amazônica.

Nos anos 50 e 60, a integração econômica verificada no país não foi suficiente para acelerar a diversificação da economia regional. A significativa industrialização experimentada pelos estados da região Sudeste, associada aos períodos de crise dos setores tradicionais do Nordeste e às fases de seca, contribuiu para a manutenção do processo migratório da região para os centros de maior dinamismo econômico do país.

A partir dos anos 70, verificou-se um esforço de maior envergadura do setor público para promover o desenvolvimento regional por meio do apoio à formação de pólos econômicos que propiciassem a diversificação produtiva e desse maior dinamismo à economia regional. Nesse período, foi implantada uma política de desenvolvimento baseada em distritos industriais, com ênfase na formação de complexos industriais, que teve no Pólo Petroquímico da Bahia o exemplo de maior sucesso. Posteriormente, verificou-se o florescimento de vários distritos geralmente próximos às regiões metropolitanas.

Além dos distritos industriais, o processo de diversificação econômica regional foi liderado também pela expansão dos setores de turismo ao longo do litoral e de agricultura irrigada e agroindústria no interior da região. No período 1960/98, foi na década de 70 que a região alcançou as maiores taxas de crescimento do PIB: 8,7% ao ano, contra 8,6% do país (Tabela 3).

Entre 1994 e 1997, a tendência do PIB e do PIB *per capita* foi de expansão, com o crescimento médio anual da região de 3,69% sendo superior aos 3,50% do país. Em 1997, o PIB do Nordeste alcançou R\$ 113 bilhões (cerca de 13% do PIB nacional), com os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará respondendo em conjunto por 64,4% do PIB regional (Tabela 4 e Gráfico 4).

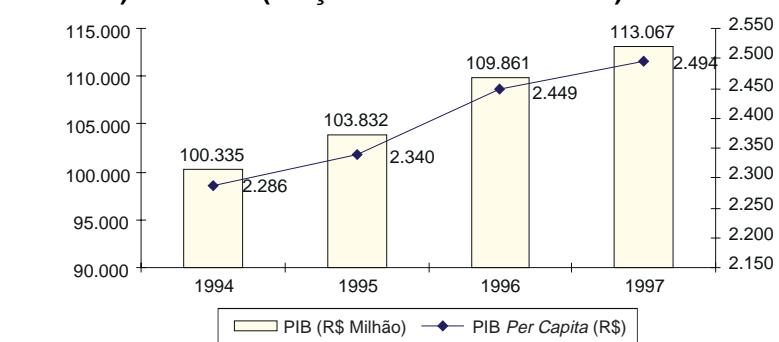
Ao longo do período observado, Bahia e Pernambuco reduziram suas respectivas participações no PIB regional: nos anos 70, respondiam em conjunto por 57% do PIB e, nos anos 90, passaram a responder por 48%. Por outro lado, verificaram-se expansões do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, que em termos populacionais também apresentaram tendências

TABELA 3
Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real do Brasil e da Região Nordeste, segundo os Setores Econômicos – 1960/98
(Em %)

PERÍODO	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		TOTAL	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
1960/70	...	0,5	...	7,8	...	5,9	...	3,5
1970/80	4,7	5,4	9,3	9,1	9,4	10,2	8,6	8,7
1980/90	2,5	1,5	0,2	1,0	2,7	4,6	1,6	3,3
1990/98	2,3	-3,0	2,4	4,3	2,7	3,6	2,7	3,0

Fonte: Sudene (1999).

GRÁFICO 4
Região Nordeste: Produto Interno Bruto (a Preço de Mercado Corrente) – 1994/97 (Preços Constantes de 1997)



Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil – 1985-1997.

TABELA 4

Região Nordeste: Composição do PIB por Estado – 1960/98 (Média por Ano)

(Em %)

ESTADOS	1970/80	1980/90	1990/98
Maranhão	6,10	7,30	8,90
Piauí	3,40	3,70	4,20
Ceará	12,70	13,70	16,00
Rio Grande do Norte	5,10	5,90	6,50
Paraíba	6,30	5,70	6,50
Pernambuco	22,20	18,40	17,50
Alagoas	5,40	6,00	5,60
Sergipe	3,90	4,50	3,90
Bahia	34,90	34,80	30,90
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: *Sudene (1999)*.

semelhantes. Os dois primeiros reduziram as respectivas participações na população regional, enquanto os três seguintes as ampliaram. Tais tendências evidenciam, assim, a existência de uma correlação positiva entre as variações da produção e da população no interior da própria região.

A composição do PIB regional também apresentou mudanças em termos setoriais ao longo do período observado. Entre 1960 e 1998, a agropecuária teve sua participação reduzida de 30,5% para 9,1%. A indústria, após uma fase de crescimento entre os anos 60 e 80, apresentou declínio nos anos 90, alcançando 26,4% em 1998. O setor de serviços ampliou sua participação de 47,4% em 1960 para 64,5% em 1998 (Tabela 5).

TABELA 5

Participação do PIB Setorial no PIB Global da Região Nordeste – 1960/98

(Em %)

ANOS	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1960	30,5	22,1	47,4	100,0
1970	21,0	27,4	51,6	100,0
1980	17,3	29,3	53,4	100,0
1990	13,3	28,5	58,2	100,0
1998	9,1	26,4	64,5	100,0

Fonte: *Sudene (1999)*.

Região Centro-Oeste

Território e População

Constituída pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal, a região possui um território de 1.605 mil km² (18,86% do território nacional) e faz fronteira com os Estados de Rondônia e Amazonas (ao norte), Tocantins e Minas Gerais (a leste), São Paulo e Paraná (ao sul) e com o Paraguai e a Bolívia (a oeste). Mato Grosso responde por mais da metade do território regional, com 56% da área absoluta (Anexo, Tabela A.6).

A região caracteriza-se pelos ecossistemas de Cerrados (abrangendo os Estados de Goiás e parte do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul), de Pantanal (cobrindo um vasto território na parte sudoeste do Mato Grosso e oeste do Mato Grosso do Sul) e de Floresta Amazônica (no norte do Mato Grosso). A fragilidade ambiental dessas áreas vem atraindo a atenção das autoridades governamentais para elevar as restrições à exploração econômica predatória. Nos últimos anos, foram implantados vários programas para apoiar o combate ao desmatamento e estimular as práticas de preservação sustentáveis no longo prazo, verificando-se, por exemplo, iniciativas para a demarcação de terras indígenas, para controlar a operação das madeireiras e para proteger o Pantanal.

A região é beneficiada pela presença de três bacias hidrográficas, a do Prata, a do Araguaia-Tocantins e a do Amazonas, que proporcionam uma oferta de água abundante, bem distribuída por todos os estados da região, e que viabilizam a produção de energia e a navegação, além da atividade de pesca.

A construção do desenvolvimento sustentável na região depende da implantação de uma série de medidas nas áreas de Cerrados, do Pantanal e da Floresta Amazônica, entre as quais se destacam as seguintes: ampliação do uso de tecnologias adequadas à produção agropecuária (como o plantio direto), definição de critérios para a produção de alimentos transgênicos, redução da dependência tecnológica, apoio à agricultura familiar, criação de “corredores ecológicos” ao longo dos principais rios, criação de “unidades de conservação” com área superior a 100 hectares e fortalecimento dos sistemas de informação e dos órgãos de fiscalização ambiental [ver Siqueira (2001b)].

Em termos populacionais, o Centro-Oeste apresentou crescimento superior ao do país nos anos 90, com a taxa de crescimento médio ao ano entre 1991

e 2000 alcançando 2,36%, enquanto a média nacional foi de 1,63%. Em 2000, a população regional atingiu 11,6 milhões de habitantes, 23,2% acima do contingente de 1991. O estado mais populoso foi Goiás, com 4,994 milhões de habitantes (42,86% da população regional). Em termos relativos, a região ampliou sua importância na população nacional de 6,42% em 1991 para 6,85% em 2000.

Com relação à densidade demográfica, porém, verifica-se que o Centro-Oeste ainda é pouco povoado, posicionando-se bem abaixo da média nacional. Entre 1991 e 2000, a densidade demográfica da região passou de 5,87 para 7,24 habitantes/km², enquanto a densidade demográfica nacional saltou de 17,25 para 19,92 habitantes/km² (Anexo, Tabela A.6).

No que se refere à distribuição da população entre áreas rurais e urbanas, verificou-se, pelo Censo de 2000, uma forte tendência para a concentração da população no meio urbano, tal como ocorre no restante do país, com essas áreas passando de 81,3% para 86,7% da população regional e ficando acima da média nacional de 81% em 2000. Apenas o Mato Grosso apresentou população urbana abaixo dessa média, enquanto o Distrito Federal era o mais urbanizado, com 96% de sua população residindo nessas áreas (Tabela 6).

Ao longo do período observado, não se verificaram alterações no *ranking* dos estados do Centro-Oeste segundo a população absoluta. Todavia, o expressivo aumento da população do Distrito Federal (2,77% ao ano) frente à taxa de crescimento médio do Mato Grosso do Sul (de 1,73% ao ano) proporcionou perda de participação desse último estado e ganho do primeiro na população regional, indicando, assim, uma tendência para o Distrito Federal ficar em terceiro lugar na região (Anexo, Gráfico A.3).

TABELA 6
Região Centro-Oeste: População Residente (Habitante) – 2000

ESTADOS	POPULAÇÃO				TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO MÉDIO AO ANO – 1991/2000 (%)	
	Rural		Urbana			
	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%		
Distrito Federal	88.727	4,34	1.954.442	95,66	2.043.169	2,77
Goiás	605.789	12,13	4.389.108	87,87	4.994.897	2,47
Mato Grosso	515.181	20,62	1.982.969	79,38	2.498.150	2,37
Mato Grosso do Sul	330.871	15,94	1.744.404	84,06	2.075.275	1,73
Total	1.540.568	13,27	10.070.923	86,73	11.611.491	2,36

Fonte: IBGE, Censo 2000 (www.sidra.ibge.gov.br).

Atividade Econômica

A ocupação da região Centro-Oeste foi iniciada ainda na época do período colonial, à medida que avançavam as buscas por minérios e pedras preciosas no interior do país. Esse processo, conhecido por Entradas e Bandeiras, estimulou as primeiras penetrações no interior da região e o consequente início do processo de povoamento por meio da fundação de vilas e cidades, como, por exemplo, Pirenópolis e Goiânia, em Goiás.

Associada à exploração mineral veio a expansão da atividade pecuária, que se dirigia no sentido leste-oeste a partir de São Paulo e Minas Gerais e avançava na direção de Goiás e do antigo Estado do Mato Grosso. Embora tal processo tenha sido importante para a formação dos primeiros povoamentos na região, o grau de isolamento das cidades ainda era considerado muito elevado até meados do século 20, tendo em vista a grande dimensão do território e as dificuldades para conviver com os problemas da floresta.

A partir da década de 50 do século 20, verificou-se uma nova fase de ocupação da região e o início de um novo ciclo de expansão econômica. Nessa fase, o crescimento regional foi estimulado pela política da União para ampliar a integração nacional por meio da dotação de melhores condições de infra-estrutura de transportes, oferta de energia e telecomunicações no interior do país. A construção de Brasília durante a segunda metade dos anos 50 e sua inauguração em 1961 foram fatores que contribuíram para o desenvolvimento regional. Os gastos governamentais em obras públicas estimularam a atração de um fluxo migratório para a região e aumentaram fortemente a demanda por bens de consumo produzidos na própria região.

Nos anos 70, o sucesso da adaptação da soja aos Cerrados proporcionou as condições para o início de um novo ciclo de crescimento regional impulsionado pela expansão das exportações. Associada à soja, verificou-se a existência de três tendências que marcaram a economia regional até os dias atuais, a saber: o processo de colonização com pessoas saídas da região Sul, a expansão da produção de milho e arroz e a consolidação das cadeias produtivas de carnes (pecuária bovina, suinocultura e avicultura).

A região apresenta liderança nacional na produção de soja e algodão, destacando-se também na produção de arroz, milho e madeira. No período recente, verificou-se a expansão dos setores associados ao agronegócio, com ênfase na cadeia de grãos e carnes, e do turismo nos municípios localizados no Pantanal. O grande potencial desse ecossistema – com rios de águas cristalinas, cavernas e um grande número de espécies de peixes, aves,

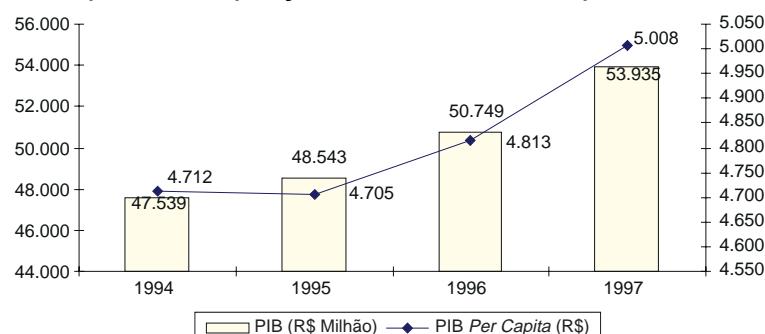
mamíferos e plantas – tornou a região um destino importante para turistas brasileiros e estrangeiros.

Cabe destacar a significativa melhoria nas condições de infra-estrutura na região, tanto em transportes como em energia. A hidrovia Madeira-Amazônia, a Ferronorte e várias rodovias federais e estaduais apontam para a intermodalidade como sendo fundamental para reduzir os custos de logística da produção regional. Na área de energia também foram realizados avanços expressivos a partir da disponibilidade do gás boliviano.

Entre 1994 e 1997, a tendência foi de expansão econômica, com crescimento regional de 3,55% ao ano, um pouco acima do crescimento nacional de 3,50% ao ano, proporcionando um PIB de R\$ 53,94 bilhões e um PIB *per capita* de R\$ 5.008 em 1997 (ver Gráfico 5).

No que se relaciona à distribuição do PIB intra-regional, verificou-se tendência de perda de participação do Mato Grosso do Sul e de Goiás, enquanto o Mato Grosso e o Distrito Federal ganharam importância. Esse movimento foi semelhante ao comportamento da distribuição da população na região, com destaque para os ganhos de participações do Distrito Federal em ambos os indicadores (ver Tabela 7). A participação da região no PIB nacional, em 1997, ficou em 6,24%, com o Distrito Federal e o Estado de Goiás respondendo em conjunto por 66,06% do PIB.

GRÁFICO 5
Região Centro-Oeste: Produto Interno Bruto (a Preço de Mercado) – 1994/97 (Preços Constantes de 1997)



Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil – 1985-1997.

TABELA 7

**Região Centro-Oeste: Composição do PIB por Estado – 1985/97
(Média por Ano)**

(Em %)

ESTADOS	1985/90	1991/95	1996/97
Mato Grosso do Sul	19,60	17,15	17,32
Mato Grosso	16,05	17,03	16,81
Goiás	34,99	31,19	30,14
Distrito Federal	29,37	34,63	35,73
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (www.sidra.ibge.gov.br).

Região Norte

Território e População

Constituída pelos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima e Tocantins, a região possui uma extensão territorial de 3.852 mil km² (45,26% do território nacional). O Amazonas e o Pará respondem em conjunto por 73,09% do território regional, com, respectivamente, 1.568 mil km² e 1.247 mil km² (Anexo, Tabela A.4). A região faz fronteira com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia (a leste), Goiás e Mato Grosso (a sul e sudeste), com o Peru e a Colômbia (a oeste), com a Venezuela, a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana (ao norte) e com o Oceano Atlântico (a nordeste).

O ecossistema é caracterizado pela presença da Floresta Amazônica em todos os estados da região, encontrando-se uma variedade imensa de árvores, plantas, mamíferos, aves e peixes. A bacia hidrográfica do Amazonas, a maior do mundo, provê a região de uma grande malha de rios navegáveis que viabiliza a pesca, o ecoturismo e a produção de energia. Entre os mais importantes rios, destacam-se: Amazonas, Solimões, Negro, Madeira, Tapajós, Teles Pires, Xingu, Iriri e Tocantins.

Os principais problemas ambientais da região relacionam-se com o avanço dos desmatamentos e as queimadas nas últimas décadas, com a área desmatada alcançando 12% do território regional ao final dos anos 90. Segundo dados oficiais, em cerca de 80% da madeira retirada da Floresta Amazônica são utilizados meios ilegais, causando um grande impacto ambiental.

O estabelecimento de um processo de desenvolvimento sustentável na região pressupõe a adoção de medidas tais como: implantação de corredores

ecológicos de conservação; expansão do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) e do Programa Nacional da Biodiversidade e Recursos Genéticos (Biovida); utilização das áreas degradadas para reflorestamento; incentivo das práticas baseadas no manejo sustentável da floresta; ampliação dos programas de certificação de origem; minimização do impacto ambiental na área de mineração; e fortalecimento dos sistemas de informação e dos órgãos de fiscalização ambiental [ver Siqueira (2001b)].

Em termos populacionais, a região Norte apresentou expansão superior à do país nos anos 90, com a taxa de crescimento médio ao ano alcançando 2,88%, enquanto a média nacional atingiu 1,63% no mesmo período. Em 2000, a população regional chegou a 12,9 milhões de habitantes (29% acima da população de 1991). Em termos relativos, a participação da população da região no país passou de 6,98% em 1991 para 7,62% em 2000. Esse movimento, semelhante ao apresentado pela região Centro-Oeste, acompanhou a tendência de alta do PIB regional e da respectiva participação no PIB do país.

Porém, a região ainda é muito pouco povoada, com uma densidade populacional considerada baixa e índices de densidade que ficam entre os menores do país. Entre 1991 e 2000, a densidade demográfica da região Norte passou de cerca de 2,60 para 3,35 habitantes/km², enquanto a densidade demográfica do país saltou de 17,25 em 1991 para 19,92 habitantes/km² em 2000 (Anexo, Tabela A.4).

O Censo de 2000 mostrou que a forte tendência de concentração da população nos centros urbanos foi mantida, com essas áreas passando de 59% para 69,7% da população regional (Tabela 8). Todavia, esse percentual ainda permaneceu abaixo da média nacional de 81%. Os estados com maiores concentrações populacionais urbanas foram Amapá (89%), Roraima (76%), Tocantins (74%) e Amazonas (74%). Nos outros três estados a população urbana ficou abaixo de 67% da população total, bem abaixo, portanto, da média nacional.

A tendência de concentração da população nos centros urbanos mostra a necessidade de políticas públicas direcionadas para o atendimento das demandas sociais específicas dessas áreas. Porém, a existência de um contingente populacional considerável no campo – cerca de 30% da população regional – evidencia também a necessidade das políticas públicas voltadas para as áreas rurais.

TABELA 8
Região Norte: População Residente (Habitante) – 2000

ESTADOS	POPULAÇÃO				TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO MÉDIO AO ANO – 1991/2000 (%)	
	Rural		Urbana			
	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%		
Acre	187.541	33,65	369.796	66,35	557.337	3,29
Amapá	52.262	10,98	423.581	89,02	475.843	5,74
Amazonas	732.411	25,78	2.108.478	74,22	2.840.889	3,43
Pará	2.072.911	33,50	4.115.774	66,50	6.188.685	2,54
Rondônia	494.744	35,91	883.048	64,09	1.377.792	2,22
Roraima	77.420	23,88	246.732	76,12	324.152	4,57
Tocantins	296.863	25,70	858.388	74,30	1.155.251	2,59
Total	3.914.152	30,30	9.005.797	69,70	12.919.949	2,88

Fonte: IBGE, Censo 2000 (www.sidra.ibge.gov.br).

Nos anos 90, não foi observada nenhuma alteração no *ranking* dos estados da região em termos da população total. Todavia, verificou-se a redução da participação de estados como Pará, Rondônia e Tocantins, enquanto os outros ampliaram suas respectivas participações, com destaque para o Amazonas, que passou de 20,97% para 21,99% da população regional (Anexo, Gráfico A.1). O estado mais populoso era o Pará, com 6,19 milhões de habitantes (47,9% da população regional), sendo que 66,5% dessa população residiam em áreas urbanas.

Atividade Econômica

O Norte é a área de ocupação econômica mais recente do território nacional. O interesse de Portugal pela ocupação da região só se deu de forma clara a partir da criação, em 1621, do Estado do Maranhão e do Grão-Pará, com capital em São Luís, que abrangia o Estado do Maranhão e parte do território do Estado do Pará e era vinculado diretamente a Lisboa.

Os interesses da metrópole sobre essa parte do território da Colônia deviam-se à possibilidade de extrair os produtos da floresta, como madeira, cacau e cravo. Porém, foi só com a transferência de grande parte do atual território regional para o domínio português – por meio do Tratado de Madri, em 1750 – que a ocupação regional ganhou maior impulso, com as tentativas mais importantes para consolidá-la ocorrendo a partir de 1751. Nessa fase, o nome

do Estado do Maranhão e do Grão-Pará foi substituído por Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capital passou a ser a cidade de Belém [ver Loureiro (1989)].

O processo de ocupação foi sempre marcado por muitos problemas, em função da vastidão do território e das dificuldades de penetração e de sobrevivência na floresta. Nessa fase, foram construídas várias fortificações militares e realizadas tentativas para aumentar o povoamento. Inicialmente, surgiram vilas e cidades próximas ao litoral, como Belém, e posteriormente cidades como Santarém e Manaus no interior. Em geral, o processo de interiorização do povoamento seguiu os trajetos das vias navegáveis. As populações fixaram-se nas áreas acessíveis por via fluvial, em especial naquelas áreas próximas aos grandes rios como Amazonas, Negro, Madeira, Solimões e Tocantins.

A partir da segunda metade do século 19, a expansão da economia regional foi impulsionada pelo crescimento significativo da demanda mundial por látex, cuja atividade de extração se expandiu por vários estados da região, verificando-se seringais desde o Pará até o Acre, e deflagrou o primeiro grande ciclo de expansão da economia regional, o denominado ciclo da borracha. O período de maior produção foi entre 1890 e 1910, quando a forte expansão da indústria automobilística mundial respondia pelo grande aumento na demanda por látex, que era extraído dos seringais nativos da região e vendidos aos produtores de pneus. Após a primeira grande guerra, a produção da região passou a apresentar tendência de declínio, seguida de estagnação em decorrência da forte concorrência dos produtores asiáticos no mercado mundial [ver Furtado (1980)].

A atual configuração do território regional foi estabelecida apenas no início do século 20, quando em 1903 foi criado o Território do Acre por meio do Tratado de Petrópolis entre o Brasil, a Bolívia e o Peru. A busca por látex durante o ciclo da borracha gerou um fluxo intenso de brasileiros para esse território, em especial de nordestinos, assim como demandas sociais e conflitos com as populações locais que levaram a União a comprar essas terras e anexá-las ao território nacional.

A partir de meados do século 20, verificou-se uma nova fase de ocupação da região, estimulada pela política da União para ampliar a integração nacional. A implantação de projetos como a construção da rodovia Belém-Brasília, por exemplo, abriu uma nova perspectiva de povoamento da região e estimulou um novo ciclo de expansão regional.

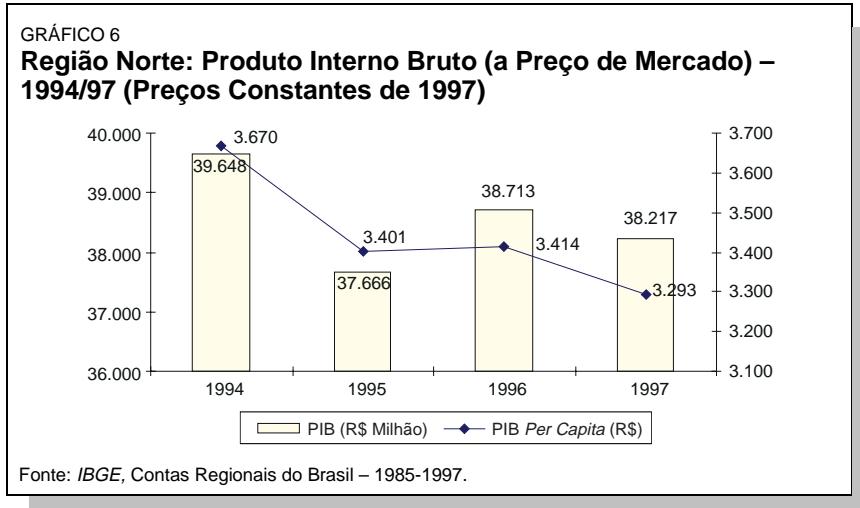
A partir do final dos anos 60, a implantação da Zona Franca de Manaus – baseada no estabelecimento de incentivos fiscais para as empresas que se instalassem nesse distrito industrial – promoveu um processo de industrialização e de crescimento regional e deflagrou o segundo grande ciclo de expansão da região Norte. Nesse período verificou-se também a implantação de grandes projetos de infra-estrutura, como a rodovia Transamazônica, que estimularam uma nova onda migratória para a região. Os programas de colonização agrária viabilizaram a produção pecuária e agrícola e o povoamento de várias localidades. Entre 1960 e 1995 o PIB regional aumentou 12 vezes, enquanto o PIB do país cresceu menos de seis vezes [ver Gomes e Vergolino (1997)].

Vale observar, porém, que os consideráveis custos ambientais em várias partes da região, sem que se obtivesse um sucesso correspondente pelo lado da produção e da fixação do homem à terra, evidenciam a necessidade da realização de esforços para que seja construído um novo modelo de desenvolvimento para a região baseado no conceito de desenvolvimento sustentável.

Além da produção de látex, os outros produtos que proporcionaram dinamismo à economia regional foram a castanha-do-pará, o guaraná, o cacau e as frutas regionais, como o açaí e o cupuaçu. No período recente, destaca-se também a constituição da Zona Franca de Manaus, a criação de búfalos na Ilha de Marajó, a produção de abacaxi e a extração de minérios em várias partes da região. Na área mineral, destacam-se as maiores reservas do país em minérios como ferro (Serra de Carajás, no Pará), manganês (Serra do Navio, no Amapá), bauxita, caulim e ouro. Essas atividades proporcionaram um maior dinamismo da economia e estimularam a ocupação do território regional.

No período 1994/97, a economia regional passou por fases de expansão e declínio, ao contrário da tendência de expansão apresentada pelas outras duas regiões aqui analisadas e pela economia nacional. Nessa fase, a taxa de crescimento médio anual da região foi negativa, chegando a -1,17%, contra a taxa de 3,50% alcançada pelo país. Em 1997, o PIB regional atingiu R\$ 38,2 bilhões, ou seja, 4,42% do PIB nacional (Gráfico 6).

Durante a segunda metade dos anos 90, a região Norte manteve alta a concentração do PIB nos Estados do Pará e do Amazonas, com destaque para as regiões metropolitanas de Belém e de Manaus, tal como já havia sido



constatado pelos estudos de Mahar (1978) e Gomes e Vergolino (1997) para as últimas três décadas.

Embora a participação de Belém ainda fosse elevada até a primeira metade dos anos 90, Gomes e Vergolino identificaram uma tendência de declínio da participação no PIB estadual, com a participação da região metropolitana de Belém caindo de 57,6% em 1970 para 46,5% em 1993. Esse processo de desconcentração no Pará seria resultante dos investimentos públicos em infra-estrutura e da expansão de pólos econômicos no interior do estado, tais como a rodovia Belém-Brasília e o pólo de alumínio em Barcarena. No mesmo período, Manaus experimentou uma tendência de elevação da sua importância no produto estadual, com a sua participação aumentando de 81% em 1970 para 95% em 1993, em função da expansão da Zona Franca de Manaus.

Entre 1996 e 1997, ambos os estados responderam por cerca de 76% do PIB regional. Todavia, a tendência entre 1985 e 1997 foi de desconcentração, com os dois estados reduzindo a participação média de 79,60% entre 1985 e 1990 para 78,87% entre 1991 e 1995 e 76,47% entre 1996 e 1997. Já Rondônia, Acre, Amapá e Tocantins aumentaram suas respectivas participações, enquanto Roraima seguiu a tendência de perda de participação das duas maiores economias da região (ver Tabela 9).

TABELA 9

Região Norte: Composição do PIB por Estado – 1985/97 (Média por Ano)

(Em %)

ESTADOS	1985/90	1991/95	1996/97
Rondônia	11,30	9,00	10,48
Acre	2,99	3,06	3,29
Amazonas	39,30	35,65	38,21
Roraima	2,00	1,63	1,56
Pará	40,30	43,22	38,26
Amapá	3,08	3,65	3,83
Tocantins	3,09	3,78	4,35
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (www.sidra.ibge.gov.br).

4. Referências para uma Política de Desenvolvimento Regional

O novo ciclo de desenvolvimento regional dependerá não apenas de fatores como aumento dos gastos públicos, do investimento privado e das exportações. Nessa nova fase, será fundamental a universalização do ensino fundamental, bem como o aumento das qualificações técnicas da mão-de-obra. A expansão dos pólos existentes e a formação de novos pólos desempenham papel central em uma nova agenda de desenvolvimento regional para o país. Além disso, será fundamental a difusão de técnicas organizacionais e de gestão empresarial modernas que propiciem maior eficiência nas empresas e a transformação dos pólos existentes em *clusters* globais. Nesse sentido, vale destacar o papel das lideranças regionais para criar um ambiente institucional propício à modernização das atividades tradicionais e à atração de novos investimentos.

A formação e a expansão dos pólos com vantagens competitivas reveladas e com potencial de alcançar a condição de *clusters* globais desempenham papel central em uma agenda de desenvolvimento dessas regiões [ver Siqueira (2001a)]. Os pólos com maiores capacidades de gerar emprego e renda e com maiores irradiações na cadeia produtiva regional deveriam ser apoiados por meio de políticas públicas que dessem suporte ao desenvolvimento de atividades emergentes, capazes de alcançar níveis elevados de competitividade e atingir a condição de *clusters* globais.

A definição de uma política de desenvolvimento regional deve levar em consideração as especificidades de cada uma das regiões em termos das

oportunidades de investimentos, das restrições ambientais e dos problemas sociais.

O Nordeste, por exemplo, do ponto de vista social, apresenta uma das situações mais graves do país. Dos quatro subespaços regionais mencionados, os mais problemáticos são a Zona da Mata – pela concentração populacional e pela crise dos setores tradicionais, como o sucroalcooleiro e o cacaueiro – e o Semi-Árido – em virtude do problema cíclico da seca, da sua extensão e do contingente populacional que ali reside.

A definição de uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste deve considerar os fatores de produção disponíveis e suas potencialidades, a qualidade das terras para agricultura, o uso da água (para consumo humano, produção de energia e irrigação), a vocação para o turismo, as oportunidades para os setores industriais e de serviços e o crescimento das exportações.

Para o Centro-Oeste, a política de desenvolvimento deveria ter como referência suas maiores potencialidades: as bacias hidrográficas, a produção de grãos nos cerrados e a biodiversidade de seus ecossistemas (Cerrados, Pantanal e Floresta Amazônica). Ao mesmo tempo, deve-se dedicar atenção também às restrições ambientais, no sentido de apoiar a realização de um processo de desenvolvimento sustentável. Assim, é necessário fomentar a implantação de práticas sustentáveis, como, por exemplo, o manejo florestal para a produção de madeira, o plantio direto, a criação de gado confinado e o uso de variedades de capim que alcancem maior produtividade e reduzam a área necessária para o manejo do rebanho.

Para a região Norte, a política de desenvolvimento deve levar em consideração as mesmas observações feitas para o Centro-Oeste em relação aos impactos ambientais. Deve-se ter como referência as principais potencialidades – a bacia hidrográfica do Amazonas, a hiléia e sua biodiversidade – e a importância da Floresta Amazônica como um bem para a humanidade. A expansão da atividade econômica regional deve considerar as restrições ambientais, as populações indígenas e a necessidade de implantação de um processo de desenvolvimento sustentável no longo prazo. Nesse sentido, devem ser apoiadas as práticas sustentáveis, como o manejo florestal para a produção de madeira e outros produtos da floresta, e combatidas as práticas predatórias.

Para a região Norte deve-se ter em mente um modelo de desenvolvimento que garanta ao país o controle do espaço regional, sua importância geopolítica na América do Sul e no mundo, sua rica biodiversidade e seu papel na determinação do clima.

As iniciativas para aumentar a competitividade sistêmica de cada uma dessas regiões devem receber apoio permanente, com atenção especial para os projetos das áreas de infra-estrutura econômica e social, de qualificação da mão-de-obra e de pesquisa e desenvolvimento. Tais projetos devem proporcionar o aumento da oferta de serviços no interior de cada região e ampliar a integração entre as várias regiões do país. Por exemplo, eles devem proporcionar maior eficiência e redução de custos nas áreas de transportes, energia, telecomunicações e saneamento. Assim, vale mencionar os projetos apoiados pelo estudo do Ministério do Planejamento e Orçamento [MPO (1999)], tais como: a ferrovia Transnordestina e a transposição de águas do rio São Francisco, no Nordeste; a Ferronorte, a Ferroban e a hidrelétrica Couto de Magalhães, no Centro-Oeste; e a hidrovia Madeira-Amazonas e a hidrelétrica de Belo Monte, no Norte.

Os investimentos nessas três regiões deve ser orientado pelas respectivas capacidades de dinamizar a economia regional – por meio de seus efeitos multiplicadores sobre o emprego e a renda – e de proporcionar a redução das desigualdades sociais. Enfim, deve ser implantado um programa de desenvolvimento regional que propicie condições para a eliminação da pobreza nessas regiões – promovendo a participação de uma parcela significativa da população que vive abaixo da linha de pobreza no mercado de trabalho e de consumo – e a redução das desigualdades regionais de renda.

5. Considerações Finais

A definição de uma política de desenvolvimento regional deve considerar as especificidades de cada uma das regiões no que se refere às restrições ambientais, às questões sociais e às oportunidades de investimentos.

O novo ciclo de expansão dependerá dos fatores clássicos que motivam o desenvolvimento regional, como o aumento dos gastos públicos, dos investimentos privados, das exportações e da qualificação técnica da mão-de-obra. Além desses fatores, será fundamental a adoção em larga escala de técnicas organizacionais e de gestão empresarial modernas que propiciem maior eficiência nas empresas e a transformação dos pólos existentes em *clusters* globais.

A expansão dos pólos existentes e a formação de novos pólos desempenham papel central em uma nova agenda de desenvolvimento regional. Nesse sentido, vale destacar o papel das lideranças regionais na criação de um ambiente institucional que viabilize a modernização das atividades tradicionais e promova novos investimentos.

Por fim, vale observar que o desenvolvimento das regiões mais pobres promoverá a participação de uma parcela significativa da população no mercado de trabalho e de consumo e proporcionará as condições para a redução dos índices de pobreza e de desigualdades de renda. Os efeitos positivos de tal estratégia também serão sentidos nas regiões mais desenvolvidas à medida que seja reduzido o fluxo migratório em sua direção e diminuída a demanda por gastos sociais nos grandes centros econômicos do país.

Anexo

TABELA A.1
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – 1970/96

REGIÕES/ESTADOS	1970	1980	1991	1996
Norte	0,425	0,595	0,676	0,727
Rondônia	0,474	0,611	0,725	0,820
Acre	0,376	0,506	0,662	0,754
Amazonas	0,437	0,696	0,761	0,775
Roraima	0,463	0,619	0,687	0,818
Pará	0,431	0,587	0,657	0,703
Amapá	0,509	0,614	0,767	0,786
Tocantins	0,534	0,587
Nordeste	0,299	0,483	0,557	0,608
Maranhão	0,292	0,408	0,489	0,547
Piauí	0,288	0,416	0,494	0,534
Ceará	0,275	0,477	0,537	0,590
Rio Grande do Norte	0,266	0,501	0,620	0,668
Paraíba	0,259	0,442	0,504	0,557
Pernambuco	0,315	0,509	0,590	0,615
Alagoas	0,263	0,437	0,506	0,538
Sergipe	0,320	0,493	0,655	0,731
Bahia	0,338	0,533	0,593	0,655
Centro-Oeste	0,469	0,704	0,817	0,848
Mato Grosso do Sul	...	0,725	0,784	0,848
Mato Grosso	0,458	0,600	0,756	0,767
Goiás	0,431	0,635	0,743	0,786
Distrito Federal	0,666	0,819	0,847	0,869
Brasil	0,494	0,734	0,787	0,830

Fonte: Pnud (1997).

Notas: a) o IDH é um indicador que leva em conta três componentes básicos: longevidade (medida pela esperança de vida ao nascer), educação (medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e da taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior) e renda (medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local); b) até 1980, o Estado do Mato Grosso do Sul pertencia ao Mato Grosso e, até 1991, o Estado de Tocantins pertencia a Goiás, na região Centro-Oeste.

TABELA A.2

Brasil: Concentração do PIB Intra-Regional (IHH Observado) – 1985/97

REGIÕES	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	IHH Ideal
Norte	3.324	3.370	3.436	3.417	3.197	3.228	3.264	3.146	3.428	3.383	3.117	3.133	3.030	1.429
Nordeste	2.105	2.058	2.041	2.116	2.086	1.981	1.912	1.948	1.924	1.904	1.895	1.876	1.889	1.111
Centro-Oeste	2.811	2.783	2.731	2.702	2.666	2.738	2.880	2.786	2.725	2.691	2.733	2.755	2.783	2.500
Sudeste	4.316	4.386	4.546	4.593	4.619	4.558	4.314	4.337	4.341	4.260	4.320	4.298	4.338	2.500
Sul	3.693	3.678	3.676	3.675	3.563	3.629	3.643	3.667	3.763	3.730	3.672	3.624	3.629	3.333

TABELA A.3

Brasil: Concentração do PIB Intra-Regional (Diferença entre o IHH Observado e o IHH Ideal para cada Região) – 1985/97

REGIÕES	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Norte	1.895	1.941	2.007	1.989	1.769	1.799	1.835	1.718	2.000	1.954	1.689	1.704	1.602
Nordeste	994	947	930	1.004	975	870	801	837	813	793	784	765	778
Centro-Oeste	311	283	231	202	166	238	380	286	225	191	233	255	283
Sudeste	1.816	1.886	2.046	2.093	2.119	2.058	1.814	1.837	1.841	1.760	1.820	1.798	1.838
Sul	360	345	343	342	229	295	310	333	430	397	339	290	296

TABELA A.4

Região Norte: Densidade Demográfica (Habitante/km²) e Área Total – 1980/2000

ESTADOS	1980	1991	2000	ÁREA ABSOLUTA (km ²)	PARTICIPAÇÃO ESTADO/PAÍS (%)
Rondônia	2,06	4,75	5,78	238.378,70	6,19
Acre	1,96	2,72	3,63	153.697,50	3,99
Amazonas	0,91	1,34	1,81	1.567.953,70	40,71
Roraima	0,35	0,97	1,44	225.017,00	5,84
Pará	2,73	3,97	4,96	1.246.833,10	32,37
Amapá	1,23	2,03	3,34	142.358,50	3,70
Tocantins	2,66	3,32	4,17	277.321,90	7,20
Total	1,72	2,60	3,35	3.851.560,40	100,00
Brasil	13,98	17,25	19,92	8.511.996,30	...

TABELA A.5

Região Nordeste: Densidade Demográfica (Habitante/km²) e Área Total – 1980/2000

ESTADOS	1980	1991	2000	ÁREA ABSOLUTA (km ²)	PARTICIPAÇÃO (%)
Maranhão	12,13	14,96	17,11	329.555,80	21,18
Piauí	8,51	10,28	11,31	251.273,30	16,15
Ceará	36,30	43,70	50,91	145.693,90	9,36
Rio Grande do Norte	35,70	45,43	52,11	53.166,60	3,42
Paraíba	51,34	59,33	63,69	53.958,20	3,47
Pernambuco	60,81	70,56	78,31	101.023,40	6,49
Alagoas	68,11	86,37	96,81	29.106,90	1,87
Sergipe	52,15	68,24	81,40	21.862,60	1,41
Bahia	16,67	20,93	23,05	566.978,50	36,44
Total	22,42	27,37	30,71	1.556.001,10	100,00

TABELA A.6

Região Centro-Oeste: Densidade Demográfica (Habitante/km²) e Área Total (km²) – 1980/2000

ESTADOS	1980	1991	2000	ÁREA ABSOLUTA (km ²)	PARTICIPAÇÃO (%)
Mato Grosso do Sul	3,83	4,98	5,81	357.471,50	22,27
Mato Grosso	1,26	2,25	2,77	901.420,70	56,17
Goiás	9,17	11,81	14,68	340.165,90	21,20
Distrito Federal	203,12	276,33	352,62	5.794,20	0,36
Total	4,24	5,87	7,24	1.604.852,30	100,00

TABELA A.7

Região Norte: População Residente (Habitante) – 1991

ESTADOS	POPULAÇÃO				TOTAL
	Rural		Urbana		
	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%	
Acre	159.198	38,11	258.520	61,89	417.718
Amapá	55.266	19,10	234.131	80,90	289.397
Amazonas	600.489	28,55	1.502.754	71,45	2.103.243
Pará	2.353.672	47,55	2.596.388	52,45	4.950.060
Rondônia	473.365	41,79	659.327	58,21	1.132.692
Roraima	76.765	35,28	140.818	64,72	217.583
Tocantins	389.227	42,31	530.636	57,69	919.863
Total	4.107.982	40,95	5.922.574	59,05	10.030.556

TABELA A.8

Região Nordeste: População Residente (Habitante) – 1991

ESTADOS	POPULAÇÃO				TOTAL	
	Rural		Urbana			
	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%		
Alagoas	1.032.067	41,05	1.482.033	58,95	2.514.100	
Bahia	4.851.221	40,88	7.016.770	59,12	11.867.991	
Ceará	2.204.640	34,63	4.162.007	65,37	6.366.647	
Maranhão	2.957.832	59,99	1.972.421	40,01	4.930.253	
Paraíba	1.149.048	35,90	2.052.066	64,10	3.201.114	
Pernambuco	2.076.201	29,13	5.051.654	70,87	7.127.855	
Piauí	1.214.953	47,05	1.367.184	52,95	2.582.137	
Rio Grande do Norte	746.300	30,90	1.669.267	69,10	2.415.567	
Sergipe	488.999	32,78	1.002.877	67,22	1.491.876	
Total	16.721.261	39,35	25.776.279	60,65	42.497.540	

TABELA A.9

Região Centro-Oeste: População Residente (Habitante) – 1991

ESTADOS	POPULAÇÃO				TOTAL	
	Rural		Urbana			
	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%		
Distrito Federal	85.205	5,32	1.515.889	94,68	1.601.094	
Goiás	771.227	19,19	3.247.676	80,81	4.018.903	
Mato Grosso	542.121	26,74	1.485.110	73,26	2.027.231	
Mato Grosso do Sul	365.926	20,55	1.414.447	79,45	1.780.373	
Total	1.764.479	18,72	7.663.122	81,28	9.427.601	

GRÁFICO A.1

Região Norte: População Residente. Participação dos Estados na Região – 1991/2000

(Em %)

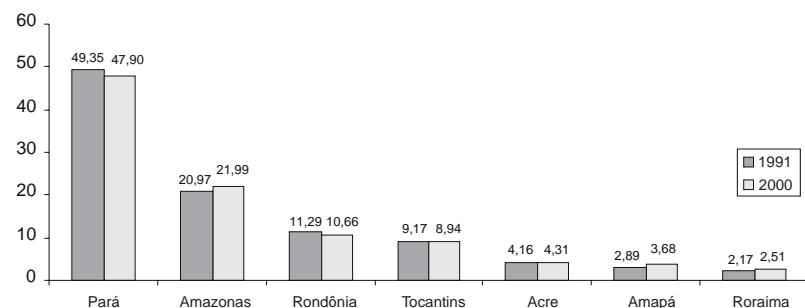
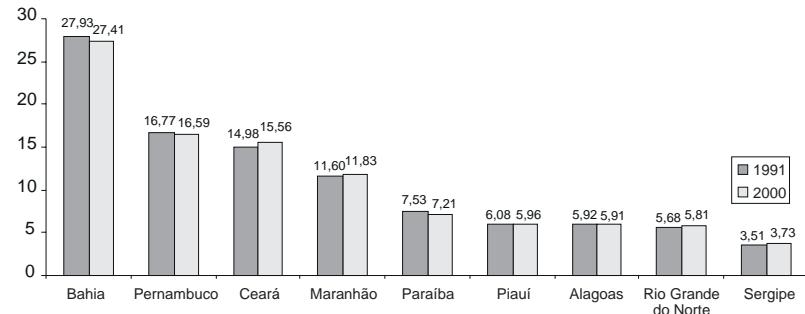
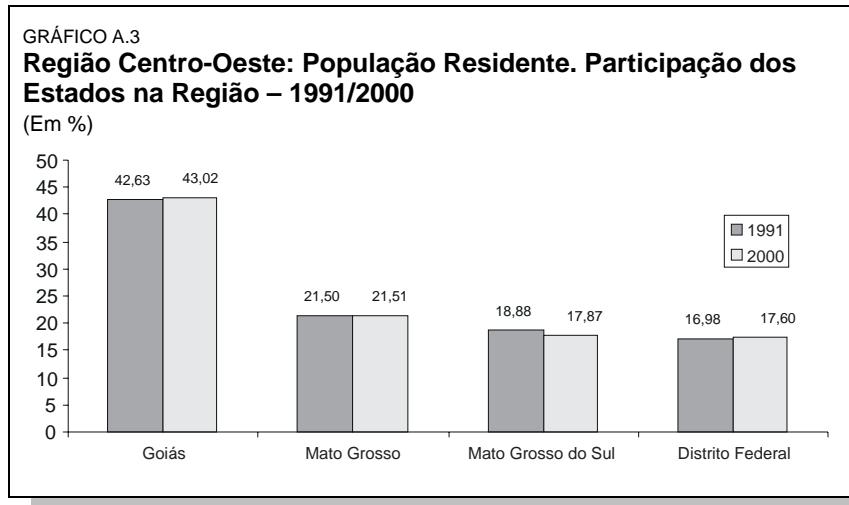


GRÁFICO A.2

Região Nordeste: População Residente. Participação dos Estados na Região – 1991/2000

(Em %)





6. Referências Bibliográficas

- AZZONI, C. R., FERREIRA, Dirceu A. Competitividade regional e reconcentração industrial: o futuro das desigualdades regionais. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 28, p. 55-85, jul. 1997.
- BAER, Werner, MILES, Willian R. The role of the state in United States regional development. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 30, n. 2, abr./jun. 1999.
- DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1993.
- _____. *A nova geografia econômica do Brasil: condicionantes e implicações*. Texto apresentado no Fórum Nacional, promovido pelo Instituto Nacional de Altos Estudos. Rio de Janeiro, 15 a 17 de maio de 2000.
- DINIZ, C. C., CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jul. 1996.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

- GALVÃO, O. J. A. *Por uma nova política de desenvolvimento regional: a experiência internacional e lições para o Brasil*. Recife: Pimes, 1998a (Texto para Discussão, 414).
- _____. *Dez estudos de casos de clusters e de distritos industriais, em países selecionados*. Recife: Pimes, 1998b (Texto para Discussão, 416).
- GOMES, Gustavo P. Maia, VERGOLINO, José R. *Trinta e cinco anos de crescimento econômico na Amazônia (1960/1995)*. Brasília: Ipea, 1997 (Texto para Discussão, 533).
- IBGE. *Contas regionais do Brasil – 1985-1997*. Diretoria de Pesquisas/Departamento de Contas Nacionais, microdados (www.ibge.sidra.gov.br).
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (www.ipea.gov.br).
- LOUREIRO, Violeta R. *A história social e econômica da Amazônia*. Rio de Janeiro: BNDES, 1989 (Ciclo de Palestras sobre a Amazônia).
- MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento econômico da Amazônia*. Rio de Janeiro: Ipea, 1978.
- MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento. *Estudo dos eixos nacionais de integração*. Brasília, 1999.
- O ESTADO DE S.PAULO*. São Paulo, 7 e 10 de novembro de 2000.
- PACHECO, Carlos Américo. *Novos padrões de localização industrial: tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Brasília: Ipea, 1998.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Atlas de desenvolvimento humano do Brasil*. Trabalho elaborado em conjunto com o Ipea, a Fundação João Pinheiro e o IBGE. Rio de Janeiro, 1997.
- SHY, Oz. *Industrial organizations: theory and applications*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- SIQUEIRA, Tagore Villarim de. Zona da Mata do Nordeste: diversificação das atividades e desenvolvimento econômico. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 147-194, jun. 2001a.
- _____. Desenvolvimento sustentável: antecedentes históricos e propostas para a Agenda 21. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 247-288, jun. 2001b.
- SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. *Boletim Conjuntural*. Recife, ago. 1999.

